

Os livros escolares eletrónicos abrem caminho

Não existem, de momento, dados mundiais sobre as vendas dos livros escolares digitais, mas os recolhidos por alguns estudos indicam um rápido crescimento nos EUA. A Student Monitor, empresa que se dedica ao estudo do mercado educativo, salienta que, em finais de 2011, 5% dos livros escolares adquiridos nos EUA foram eletrónicos, mais do dobro do que no ano anterior (2,1%).

Por seu turno, a Simba Information, consultora especializada na indústria editorial, estimou que os livros escolares eletrónicos movimentaram 267,3 milhões de dólares nos EUA em 2011, o que corresponde a um crescimento de 44,3% relativamente ao ano anterior, mas uma parte pequena das vendas totais de livros escolares (4.580 milhões de dólares em 2010, segundo a Associação Americana de Editores). A Simba prevê um crescimento muito pronunciado, até aos 11% do mercado editorial educativo norte-americano em 2013.

As vendas em massa de dispositivos de leitura eletrónica – 40 milhões somente do iPad da Apple, mais os outros modelos de *tablets* e as diferentes gerações do Kindle – transformaram os hábitos da população, sobretudo da mais jovem, e a eles vai ter de se adaptar a indústria editorial. Nos Estados Unidos, oferecem-se já versões digitais de quase todos os livros escolares que se publicam. Aqueles que têm matérias introdutórias e transversais são os que têm maior procura. Existe, além disso, a possibilidade de alugar os livros escolares eletrónicos.

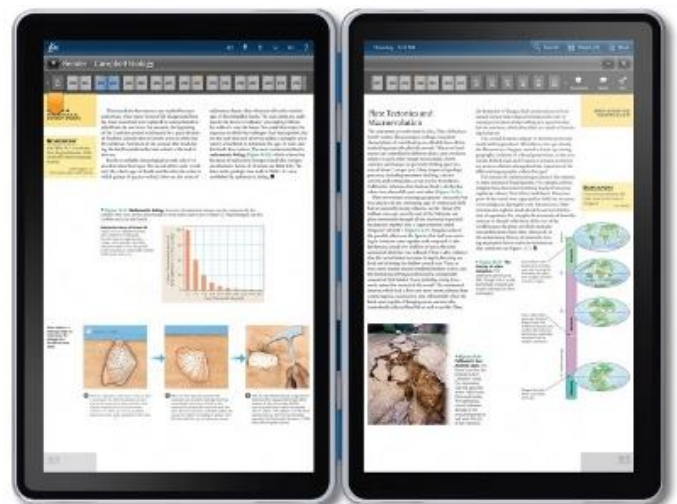
O aluguer ou a licença de leitura concede ao utente o direito a utilizar o título durante algum tempo, de 6 a 18 meses em geral. As empresas do setor desenvolveram um potente *software* anti-pirataria para evitar a fraude.

A licença digital embaratece o preço dos livros e, aproveitar esta margem de desconto, é a estratégia seguida pela Amazon com os manuais universitários. A livraria virtual chegou, no verão de 2011, a um acordo com algumas das editoras mais importantes do setor educativo para oferecer licenças de 30 a 360 dias. Assim, o estudante pode poupar até 80% do preço de um exemplar impresso novo. E não perde as anotações que tenha feito com o seu Kindle quando caducar a licença.

Alguns especialistas destacam o grande potencial dos livros escolares digitais. Programadores e professores trabalham para oferecer aplicações com que enriquecê-los: imagens e vídeos, atividades interativas, etc.

Mas o formato eletrónico tem algumas desvantagens. A experiência dos últimos anos indica que nem todos os títulos se encaixam num formato digital normalizado, e que o suporte eletrónico não se adapta às necessidades e aptidões de todos os estudantes. Sabe-se, por exemplo, que alguns alunos deixaram de utilizar os dispositivos informáticos nas suas tarefas, porque nem o formato nem os aparelhos lhes são confortáveis para tomar notas ou para estudar.

Não é fácil, portanto, transformar os livros escolares, sobretudo os de texto, em *ebooks*. Os materiais educativos têm um “mapa cognitivo” que está muito estudado: os conteúdos são apresentados numa determinada ordem e são dispostos em cada folha de uma maneira concreta para facilitar a aprendizagem. Estas peculiaridades ultrapassam as possibilidades dos *tablets* normais e exigem, segundo alguns especialistas, dispositivos especialmente desenhados para o ensino. Na ilustração que acompanha este artigo, observamos um aparelho fabricado pela empresa norte-americana Kno: os seus dois ecrãs de 14 polegadas permitem apresentar os conteúdos como num livro escolar impresso e ver páginas inteiras em tamanho legível. Mas o elevado custo do dispositivo fez com que a Kno tenha abandonado a produção, sem ter chegado a lançá-lo no mercado.



Apesar da crescente popularidade dos leitores de livros eletrónicos, não se pode dizer que a leitura digital se esteja a

impor em todos os âmbitos. Há gêneros que são menos permeáveis às novas

tecnologias. Se nos livros escolares, fazem talvez falta adaptações ou inovações para satisfazerem as necessidades escolares, o mercado da literatura infantil ilustrada – nomeadamente, a dirigida a crianças menores de 8 anos – é muito mais renitente: neste âmbito, as vendas digitais mal ultrapassam os 5% (contra os 25% da literatura para outros públicos).

Este género carece de energia por várias razões. Os pais querem que os filhos contactem fisicamente os livros. Nos livros infantis, a conversão para formato digital é mais difícil e cara, visto não estarem normalizados e terem abundantes ilustrações. E se estas são tão importantes nas obras para crianças, sem papel perde-se a facilidade para as examinar antes de comprar um título. Por isso, talvez a expressão “nativos digitais” não se possa aplicar às novas gerações enquanto leitores.

J. M. C.

A legalização do aborto na Argentina fica interrompida

A liberalização do aborto na Argentina ficou novamente pelo caminho. Os promotores sofreram um novo revés.

Após as eleições presidenciais de 2011, em que Cristina Kirchner conseguiu a reeleição com contundentes 54% dos votos, os grupos e legisladores pró-aborto renovaram a batalha no Congresso para conseguir a despenalização. Sobre a mesa houve vários projetos sobre a interrupção da gravidez que concordavam em permiti-la até à 12ª semana de gestação, prazo no qual os serviços médicos – públicos ou privados – se deveriam ajustar à vontade da mulher, sem a intervenção da Justiça nem das comissões de bioética. Para os casos de violação, a mãe poderia abortar para lá dos três meses.

Mas a renovada tentativa, apoiada por 50 legisladores e 300 organizações não governamentais, fracassou mesmo antes de aceder ao plenário da Câmara de Deputados – onde, de momento, a oposição é maioria. O tema esbarrou na comissão de Legislação Penal por não contar com o apoio de pelo menos oito membros dessa delegação, nem das comissões de Ação Social e Saúde, e de Família, Mulher e Minorias as quais têm um papel secundário sobre o aborto.

O objetivo era emitir um parecer antes de finalizar o período ordinário de sessões, anterior às férias. A paralização foi o fiel reflexo das divisões que gera o aborto entre os principais blocos do Congresso argentino.

Mas, aquilo que travou a vontade dos favoráveis ao aborto foi a posição da Presidente Cristina Kirchner. A chefe da Casa Rosada, que permitiu a legalização dos casamentos das pessoas do mesmo sexo em julho de 2011, disse, ao iniciar o seu primeiro mandato em 2007, que não apoiava o aborto. Foi mais clara a 1 de março de 2011 no discurso de abertura do ano legislativo: “Observando as estatísticas, decidimos continuar a apostar na vida”.

Embora não tenha havido quaisquer diretrizes específicas para os deputados favoráveis ao governo, estes conheciam o pensamento da viúva do ex-Presidente Néstor Kirchner. “A verdadeira razão (pela qual foi bloqueada a discussão) tem a ver com a posição expressa pela Presidente do país, que se opõe à despenalização do aborto”, disse a deputada Claudia Rucci, da comissão de Família, Mulher e Minorias.

Na atual legislatura, que se iniciou no dia 1 de fevereiro de 2012, o kirchnerismo domina as duas câmaras legislativas. Segundo os analistas existe, entre os setores ligados ao governo, pouca vontade de ressuscitar a discussão da liberalização do aborto, iniciativa que esteve sempre presente desde o retorno da democracia em 1983.

O Código Penal argentino, estabelecido em 1921, penaliza o aborto com um a quatro anos de prisão para a mulher, para quem o realize e para quem coopere. Mas há exceções: quando a vida da mãe corre perigo, ou em caso de violação de uma mulher deficiente mental. Esta última exceção acabou por ser alterada no ano de 2012, pois o aborto foi legalizado para quem seja vítima de violação, incluindo, portanto, as mulheres que não são deficientes mentais. De momento, tudo parece indicar que esta lei vai permanecer em vigor enquanto a Presidente Cristina estiver à frente do país. É muito difícil que venha a ser contrariada, no Congresso, pelos seus apoiantes.

P. D.

A objeção de consciência, ameaçada na Holanda

Em 2001, foi admitido na Holanda o casamento civil para pessoas do mesmo sexo. Nessa altura, foi acordado tolerar a objeção de consciência dos funcionários públicos cujas convicções fossem contrárias ao casamento gay, sempre e quando estes casais pudessem encontrar no município quem os casasse. Mas este respeito pela objeção de consciência corre o risco de desaparecer.

O Partido Verde e a maioria da oposição tinham instado os liberais do VVD e os populistas do PVV – estes últimos que

apoiavam a anterior coligação governamental (VVD-CDA, que veio a cessar funções em novembro de 2012) – a, até abril desse ano, 2012, votarem contra a possibilidade de objetar por parte de funcionários públicos que não queiram casar uniões do mesmo sexo devido a princípios religiosos. O funcionário público que não queira realizar tal cerimónia, que procure outro trabalho. O partido CDA, democrata-cristão, adiou a votação, dirigindo uma consulta sobre a questão aos Estados Gerais (Parlamento).

O presidente da câmara municipal da cidade de Gorinchem, em cujo município trabalha o funcionário causador do choque parlamentar, manifestou-se a favor da possibilidade de ser negado tal serviço, qualificando esta atitude justamente de exemplo de tolerância. Piet Ijssels afirma numa entrevista que foi concedida ao diário “NRC Handelsblad”: “Também posso efetuar o matrimónio de casais. Sou socialista de tendência anarquista e não crente. Imaginemos o que se passaria se viessem dois noivos ao município, desses típicos protestantes muito rígidos para os quais a mulher é inferior ao homem, e os não quero casar. Poderia manifestar objeção de consciência?”

O presidente da cidade holandesa interroga-se se a Segunda Câmara não estará a ultrapassar as suas atribuições. “A Câmara é responsável por exercer vigilância sobre os municípios e não sobre cada funcionário individual”. Além disso, espera que um governo holandês em exercício seja tolerante e facilite a convivência entre todas as minorias existentes no país, e que seja o primeiro a não discriminar e a dar um exemplo de tolerância.

Outra reação extrema sobre a liberdade de objeção de consciência ou simplesmente perante a decisão do médico de não aplicar a eutanásia, é a da associação favorável à eutanásia livre, NVVE. Segundo números oficiais, dos 10.000 pedidos anuais de fazer adiantar a morte natural, em 3.500 dos casos, o médico recusa o desejo do doente.

Para a presidente da citada organização, Petra de Jong, os médicos que se negam fazem-no por motivos de consciência, porque são rígidos, ou porque são ignorantes que não conhecem a lei e muito menos ajudam o paciente a dirigir-se a outro colega. A solução que De Jong propôs ao parlamento foi que se criasse uma clínica para a eutanásia. A Ordem dos Médicos considerou as opiniões de De Jong irrefletidas e, a ideia da clínica, impulsiva.

Perante tal reação, agora a NVVE fala em se criar uma equipa de ambulatório que vá oferecendo os serviços de eutanásia ao domicílio. A Ordem dos Médicos continua a opor-se a estas soluções, porque tais médicos nem sequer poderiam estar em condições de conhecer a fundo o paciente sem um contacto prévio: “Um contacto de longa duração entre médico e paciente é uma condição necessária para tomar uma decisão sobre o desejo de eutanásia e quando um médico se negar a aplicá-la, essa opinião tem peso”, afirma a Ordem.

Cees Hertoogh, professor de geriatria da Universidade Livre de Amsterdão, recordou neste debate que a lei da eutanásia

constitui uma proteção para o médico e não um direito do paciente.

C.M.

“Meia-Noite em Paris”

Midnight in Paris

Realizador: Woody Allen

Atores: Owen Wilson, Rachel McAdams

Duração: 94 min.

Ano: 2011

Woody Allen é um realizador considerado muitas vezes como um autor de obras cínicas e negativas sobre a condição humana. Neste caso, não segue esse registo e dá uma lição clara: vale a pena viver o momento presente e não viver em sonhos e fantasias, sem divagações sobre o que seria ter outra profissão, outra família, ou viver noutra tempo...

Sonhar é fundamental como motor inspirador e motivador, ao impulsionar forças potenciadoras de concretizarem de modo realista as várias atividades da vida. Sonhar não é fugir da realidade, mas ocupar-se com empenho e visão no que está ao alcance de cada um fazer melhor no dia a dia.

A personagem principal é encarnada pelo próprio Woody Allen que aparece como um escritor apaixonado pela cultura europeia. Ao viver uma experiência insólita, acaba por conseguir finalizar o seu livro decidindo ser disciplinado. De facto, em sucessivas meias-noites, coloca-se num local concreto cumprindo um horário e aceita os conselhos de uma agente literária pondo-os em prática com prontidão. Marca encontros e não falta. Luta mesmo por alcançar o seu objetivo e esse esforço leva-o a descobrir outras questões essenciais para as quais não prestara atenção...

Woody Allen é um cineasta eficaz! Sabe selecionar e rodear-se de atores competentes a vários níveis. Assim se explica a presença de Carla Bruni, que está longe de ser por mero acaso...

Tópicos de análise:

1. Ter um objetivo claro facilita a concretização dos planos traçados.
2. A disciplina ajuda a não se distrair com o acessório por mais atraente que seja.
3. Para conquistar a disciplina, cumprir um horário é o primordial.

Paulo Miguel Martins

Professor da AESE

